

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Reprodução/YouTube



Ex-governador de Goiás é pré-candidato pelo PSD

Suspeita sobre Flávio faz União falar em Ronaldo Caiado

A viabilidade da candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência passou a ser questionada depois da divulgação de áudio em que ele negocia com Daniel Vercaro pagamento de parcelas para financiamento de filme sobre a vida do pai, Jair Bolsonaro.

Ontem à tarde, na sede do União Brasil, em Brasília, já se falava abertamente em apoio ao ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD). A gravação e o financiamento do ex-dono do Banco Master ao filme foram divulgados pelo site Intercept Brasil.

O assunto também explodiu no PL. Pelo menos um político do partido admitiu que a situação é muito grave e pode impedir a candidatura de Flávio.

Madrasta

No PL, a grande preocupação era entender o tamanho da ligação entre Flávio e Vercaro, que teria doado R\$ 61 milhões para a produção do longa-metragem. A contribuição só teria sido interrompida com a prisão do então banqueiro, em novembro do ano passado.

Segundo o parlamentar, ontem já se falava na substituição de Flávio por sua madrasta, Michelle Bolsonaro, com quem ele tem péssimas relações.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Presidente do PL deverá apontar saída

A vez de Valdemar

Há, porém, a quase certeza de que as rédeas do processo eleitoral sairão das mãos do ex-presidente e passarão para as de Valdemar Costa Neto. O presidente do partido aceitara a indicação de Flávio, mas, diante da crise deverá assumir a responsabilidade.

Caso as ligações entre Flávio e Vercaro sejam confirmadas, dificilmente a candidatura do primogênito de Jair Bolsonaro será mantida. Ontem, partidos aliados já admitiam que governistas deverão pedir a cassação de seu mandato parlamentar.

Alternativas

Na oposição, a dúvida era se valeria a pena insistir em uma candidatura do clã Bolsonaro ou se o melhor seria partir para outro político.

Neste caso, Caiado — que trocou o União Brasil pelo PSD para tentar o Palácio do Planalto — teria a preferência do União Brasil e do Progressistas. Mas Romeu Zema (Novo) também poderia ser cogitado.

Tarcísio fora

Apesar do potencial de votos de Michelle, há, no próprio PL, uma resistência a se manter o poder concentrado com a família Bolsonaro. Ontem, havia quem ressaltasse que a teimosia do presidente e sua necessidade de manter o poder no clã inviabilizaram a candidatura de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Impedidos

Barrado por Jair Bolsonaro, o governador de São Paulo não se desincompatibilizou no prazo legal e, agora, só pode ser candidato à reeleição. Preterido pelo presidente do PSD, Gilberto Kassab, que escolheu Caiado para tentar o Planalto, Eduardo Leite permaneceu no governo do Rio Grande do Sul.

Viabilidade

A polarização política favorece a busca de um candidato que não esteja bem nas pesquisas. No levantamento da Quaest divulgado ontem, Zema e Caiado têm 4% de intenções de voto no primeiro turno. Mas chegam a, respectivamente, 37% e 35% num eventual segundo turno — Lula teria 44% contra ambos.

CPI na área

Ou seja: em tese, qualquer um dos dois seria viável para encarnar o antipetismo. Com o clã Bolsonaro enfraquecido, a campanha seria tratada por dois profissionais do ramo, Costa Neto e Kassab. Outra conclusão: a partir de agora será muito difícil impedir a instalação de CPI ou CPMI para apurar o caso Master. A pressão ficará grande demais.

Tabelinha

Segundo o Intercept Brasil, o dinheiro de Vercaro para o filme foi transferido pela Entre Investimentos e Participações, empresa que tem antigas ligações com o Master. Em dezembro do ano passado, a Comissão de Valores Mobiliários rejeitou proposta conjunta para resolver um processo contra ambos.

Datafolha

A divulgação do escândalo complicou a vida do Datafolha, que havia iniciado na última terça entrevistas para uma pesquisa sobre eleição presidencial prevista para ser divulgada amanhã. A repercussão do fato e a eventual saída de Flávio da disputa tendem a contaminar a coleta de dados.



Motta: acordo com Lula para facilitar tramitação

Pacote de bondades de Lula aumenta mais

Ingênuo imaginar diferente, diz professor de políticas públicas

Por Gabriela Gallo

Na manhã desta quarta-feira (13), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fechou um acordo com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) em torno das propostas que acabam com a jornada 6x1, aquela em que se trabalha por seis dias na semana e se folga apenas um. Na mesma manhã, Lula anunciou um subsídio de R\$ 0,89 por litro para segurar o preço da gasolina. Um dia antes, editou Medida Provisória (MP) que deu fim à famosa “taxa das blusinhas”, que cobra imposto sobre importações online de produtos até US\$ 50. É o “pacote de bondades” do governo Lula. Que parece vir dando resultado, dada a recuperação apontada pela pesquisa Genial Quaest.

“Seria ingênuo ignorar que governos em anos eleitorais não agem para melhorar sua imagem, sendo este um comportamento perfeitamente esperado no ciclo político”, observa, ao Correio da Manhã, o professor de políticas públicas do Ibmecc Brasília, Jackson de Toni.

Na avaliação do professor, as ações de Lula para reduzir o preço dos combustíveis frente aos riscos da guerra no Oriente Médio e sobre a taxa das blusinhas são a típica utilização dos instrumentos de poder de quem dispõe um “incumbente”, ou seja, alguém que disputa reeleição es-

tando no cargo.

Jackson de Toni observa que a perenidade de tais medidas dependerá mais adiante do Congresso. Elas foram editadas via MP. Ou seja, têm validade somente por 120 dias caso o Congresso mais adiante não ratifique a medida ou simplesmente não a vote. Assim, são “bondades” que produzem efeito de curto prazo.

“A grande exceção é a pauta do fim da jornada 6x1, que tramita como Proposta de Emenda à Constituição (PEC)”, considera o professor. “Nesse caso, caso a ideia vença no Legislativo, ela se tornará uma regra trabalhista estrutural e permanente”.

No acordo feito, Lula e Motta concordaram que o projeto de lei enviado pelo governo com o mesmo propósito de acabar com a jornada 6x1 tramitará em conjunto com as duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que já vêm sendo analisadas na comissão especial da Câmara.

Ficou acertado que o texto da PEC será simplificado para determinar a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas, o que, na prática, garante cinco dias de trabalho e dois de descanso, sem redução de salário. O projeto de lei seria utilizado para adequar a legislação trabalhista às novas regras.

Motta tem dito que conseguiria concluir a apreciação do fim da escala 6x1 antes do fim do mês de maio.